

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO EM JUARA – MT: LIMITES E POSSIBILIDADES NA GARANTIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Samara Gomes de Souza Lima ¹; **Mariana da Silva Tomadon**²

¹Graduanda de Pedagogia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Juara – MT/Brasil.

Samara.gomes@unemat.br

² Doutoranda em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres – MT/Brasil.

mariana.tomadon@unemat.br

Resumo

Este resumo trata-se de um recorte de pesquisa em andamento, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A justificativa da pesquisa fundamenta-se na persistência de desigualdades entre a educação urbana e rural, apesar das garantias legais. A motivação do estudo se dá pela necessidade de promover visibilidade aos desafios estruturais e sociais enfrentados pelas escolas do campo, como a precariedade de infraestrutura, transportes escolares inadequados e a falta de formação continuada para professores, fatores que contribuem para a exclusão social e o abandono escolar. Além disso, a pesquisa possui um componente de motivação pessoal, baseado na trajetória da pesquisadora como egressa de escola rural. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar os principais desafios enfrentados pelas escolas do/no campo de Juara - MT e suas implicações na qualidade da educação rural, buscando identificar lacunas e possibilidades de melhoria nas políticas públicas e nas práticas educacionais para essas comunidades. A metodologia adotada possui caráter quali-quantitativo. Inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e documentos legais para fundamentação teórica. A etapa de pesquisa de campo ocorrerá em uma escola rural de Juara-MT, onde serão aplicadas entrevistas semiestruturadas com gestores e professores, além da observação da rotina escolar e coleta de dados quantitativos (como número de matrículas e frequência) para complementar a análise.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Educação do Campo. Práticas Educacionais.

Introdução

São inúmeros os desafios enfrentados pelas escolas do campo, que refletem diretamente nas condições de aprendizagem e na qualidade do ensino oferecido aos estudantes. Para compreender essa realidade, é fundamental conhecer as políticas públicas existentes voltadas à educação do campo, pois elas têm o papel de garantir melhores oportunidades e promover o desenvolvimento das comunidades rurais.

Essas escolas, muitas vezes, enfrentam dificuldades como o êxodo rural, que reduz o número de alunos e enfraquece a vida na comunidade; o analfabetismo, ainda presente em várias regiões; a falta de recursos financeiros e materiais pedagógicos adequados; além da precariedade dos transportes escolares, que em muitos casos não estão em boas condições de uso, outro desafio importante é a falta de formação continuada dos professores, muitas vezes dificultada pela distância e pelas condições da localidade, o que acaba limitando o aprimoramento profissional e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. Todos esses fatores dificultam o acesso e a permanência dos estudantes na escola, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem. (Ribeiro, 2013).

Diante desse cenário, torna-se essencial buscar soluções que valorizem a educação do campo, reconhecendo sua importância para o fortalecimento da cultura local, a valorização do trabalho rural e a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Investir na educação do campo é investir em igualdade de oportunidades e em um futuro mais justo para todos.

A educação é um direito fundamental garantido a todos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996). No entanto, apesar dessas garantias legais, ainda persistem grandes desigualdades entre a educação oferecida nas zonas urbanas e rurais. As escolas do campo enfrentam desafios sociais e estruturais que impactam diretamente a qualidade do ensino e o acesso às oportunidades educacionais.

Mesmo diante dessas dificuldades, a educação do campo já alcançou importantes avanços, como o reconhecimento, no Artigo 28 da LDB, da necessidade de adaptações que respeitem as especificidades da vida rural e de cada região. Além disso, programas e movimentos sociais têm sido criados com o objetivo de promover uma educação de qualidade, assegurando que os estudantes do campo tenham os mesmos direitos e oportunidades que os das áreas urbanas.

Diante disso, apresentamos as seguintes questões de pesquisa: a) Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas do/no campo de Juara – MT e de que forma esses desafios impactam a qualidade da educação rural? b) Quais são as políticas públicas educacionais voltadas a educação do/no campo? Elas são de fato efetivadas a partir da realidade do mundo rural de Juara/MT?

1 - Metodologia

A pesquisa será realizada de forma quali-quantitativa, para compreender os desafios enfrentados pelas escolas do campo de Juara - MT e como as políticas públicas impactam a educação rural. A abordagem qualitativa permitirá analisar percepções, experiências e práticas pedagógicas de professores e gestores, bem como debater sobre as políticas públicas educacionais e os agentes responsáveis por elas, como o Aparelho Ideológico do Estado.

Além disso, alguns dados quantitativos serão coletados para complementar a pesquisa, como: número de alunos matriculados, frequência escolar, quantidade de materiais pedagógicos disponíveis e professores com acesso à formação continuada. Para obtermos essas informações serão contactados responsáveis pela secretaria de educação e a escola a ser pesquisada. Esses dados contribuirão para contextualizar e reforçar a análise qualitativa, oferecendo uma visão mais completa da realidade da escola pesquisada.

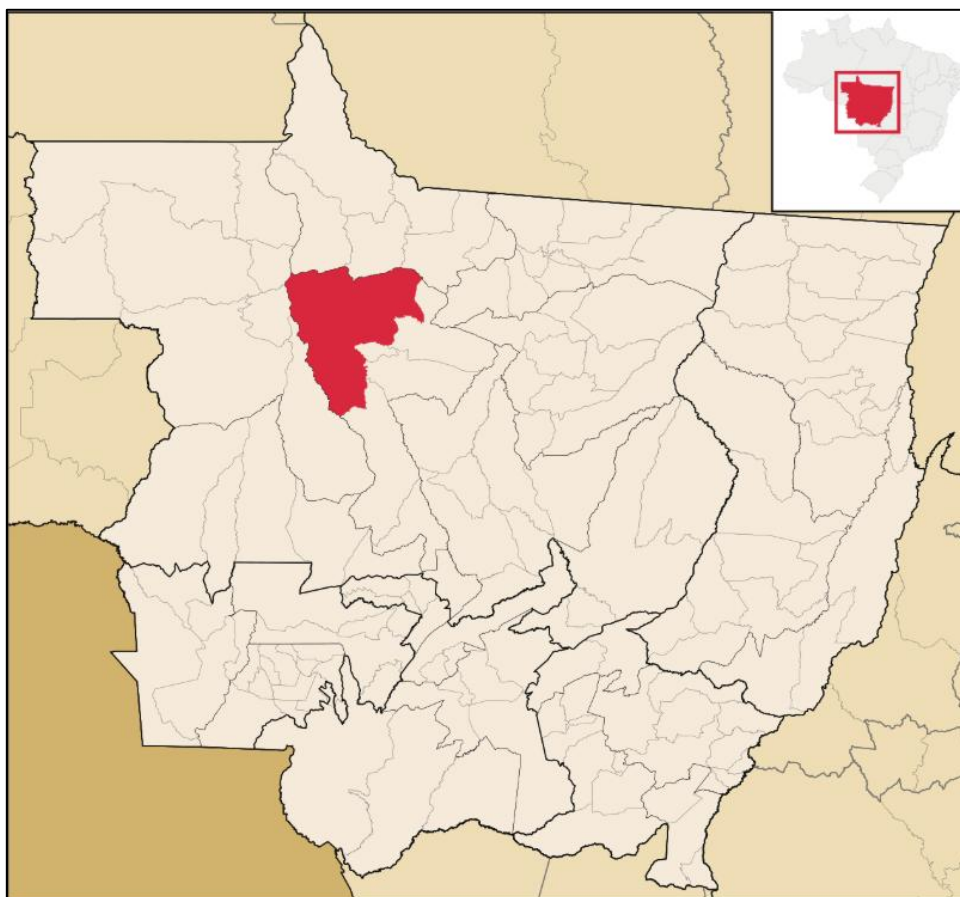
Essas duas perspectivas metodológicas não são contraditórias, mas sim abordagem complementares que integram de forma dinâmica no decorrer da investigação. Para reforçar essa visão, dialogamos com as ideias de Minayo (2001), ao afirmar que:

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. Essas afirmações aqui colocadas, no entanto, não são pacíficas. Elas correspondem a uma postura teórica e se opõem a outras correntes de pensamento como, por exemplo, a positivista. A principal influência do Positivismo nas ciências sociais foi a utilização dos termos de tipo matemático para a compreensão da realidade. Sua consequência é a apropriação da linguagem de variáveis para especificar atributos e qualidades do objeto de investigação (Minayo, 2001, p. 22).

Inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos acadêmicos e pesquisa documental, por meio de documentos legais sobre educação do/no campo, políticas públicas e gestão escolar, a fim de fundamentar teoricamente o estudo. Em seguida, entraremos em contato com a escola pesquisada, situada no município de Juara, na região noroeste do estado de Mato Grosso, com população estimada de 35 mil habitantes.

A seguir, apresentamos a imagem para ilustrar a localização geográfica do município.

Imagem 1 – Mapa do Estado de Mato Grosso e o Município de Juara



Fonte: Google

O município está localizado a cerca de 730 km de Cuiabá, com população estimada em torno de 35 mil habitantes (IBGE 2022/2023). Conhecida como "Capital da Pecuária", a economia baseia-se na criação de gado, agricultura e extração madeireira, sendo um polo regional no Vale do Arinos com uma área territorial de mais de 22 mil km².

A partir do aceite de uma das escolas citadas, posteriormente, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, para compreendermos suas percepções sobre a qualidade do ensino, a infraestrutura, o transporte e a implementação das políticas públicas. Para Severino (2007, p. 124) as entrevistas são “técnicas de coleta de informações sobre determinados assuntos, onde o pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” e as entrevistas semiestruturadas são aquelas em que o pesquisador monta um roteiro de perguntas a ser seguido, porém, é flexível

para quando estiver realizando a entrevista fazer perguntas que considerar pertinentes para a compreensão do tema.

Complementarmente, será realizada a observação da rotina escolar, registrando as práticas pedagógicas, interação entre professores e aspectos do ambiente escolar, como a estrutura física. Para Lüdke e André (2018, p. 31),

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da "perspectiva dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

A observação *in loco* permitirá que a pesquisadora vivencie o processo de pesquisa, o que auxiliará na sua compreensão e posterior análise dos dados obtidos.

2 - PRONERA E PRONACAMPO: Políticas Públicas pela Educação do Campo no Brasil

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma importante política pública voltada à educação do campo. Criado em 1990, o programa foi oficialmente instituído como política pública com a Lei nº 11.947/2009 e o Decreto nº 7.352/2010, no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O PRONERA está diretamente ligado à luta dos movimentos sociais pela educação do campo e é coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Seu principal objetivo é garantir o acesso à educação para camponeses, assentados, ribeirinhos e quilombolas vinculados à reforma agrária, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior (Camacho, 2024).

Os cursos oferecidos pelo programa utilizam a pedagogia da alternância¹, um modelo que também é adotado pelo estado de Mato Grosso. Esse programa combina o estudo teórico na escola com a prática no trabalho e na vida comunitária rural, favorecendo o desenvolvimento integral do estudante e contribuindo para evitar o êxodo rural.

¹ A Pedagogia da Alternância baseia-se em uma metodologia que integra o aprendizado teórico com as experiências práticas do dia a dia no campo, valorizando o saber vivido pelos educandos e a realidade em que estão inseridos, conforme afirma Camacho (2024).

Além disso, o PRONERA oferece a jovens e adultos a oportunidade de cursar o ensino superior em instituições federais. De acordo com dados da pesquisa realizada pelo Gov.br (2024), ao longo de sua trajetória já foram ministrados 545 cursos, beneficiando 192.764 estudantes em todos os estados brasileiros.

Entretanto, o programa enfrentou diversos desafios ao longo dos governos, principalmente devido à falta de continuidade das políticas públicas voltadas à educação do campo. Em alguns períodos, houve redução de recursos, atrasos na execução dos projetos e desvalorização da formação rural, o que dificultou a ampliação do programa.

Durante os governos dos presidentes Michel Temer (2016-2018) e de Bolsonaro (2019-2022), o PRONERA e a educação pública enfrentaram fortes cortes orçamentários. Segundo Solange Engelmann (2023), a verba destinada ao ensino superior em 2021 foi de apenas R\$ 5,5 bilhões, menos da metade do valor investido em 2014, no primeiro governo Lula, que era de R\$ 14,4 bilhões. Em 2022, o governo ainda cortou R\$ 2,39 bilhões da educação e R\$ 1,7 bilhão da área de Ciência e Tecnologia, além de reduzir em 94% os investimentos nas universidades federais.

Diante disso, o FONEC (Fórum Nacional de Educação do Campo) buscou alternativas de resistência, procurando novas formas de financiamento e apoio de emendas parlamentares para tentar manter o funcionamento do PRONERA. E no ano de 2023 ao tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou o Decreto nº 10.502, assinado durante o governo Bolsonaro, e instituiu o Decreto nº 11.342, que promoveu a reestruturação do Ministério da Educação (MEC) (Camacho, 2024).

PRONACAMPO é a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, lançado em 20 de março de 2012 através da Portaria nº 86 de 02 de fevereiro de 2013. Cria ações para garantir o direito à educação dos povos do campo e quilombolas, levando em conta suas lutas e reivindicações históricas.

A Escola da Terra é um programa específico dentro do PRONACAMPO e tem como objetivo garantir que os alunos do campo e das comunidades quilombolas tenham acesso, permaneçam na escola e aprendam com qualidade, oferecendo apoio às escolas que possuem turmas com alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem (classes multisseriadas), valorizando a escola como um espaço de convivência social e cultural (Brasil, 2013).

3 - A Luta pela Terra como Caminho para a Igualdade e a Cidadania no Campo

De acordo com Sauer e Perdigão (2018) a luta pela terra é muito importante para garantir direitos às pessoas que moram e trabalham no campo, como agricultores, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades. Essas pessoas precisam da terra não só para plantar e produzir alimentos, mas também para manter suas tradições, cuidar da família e preservar sua cultura. Sem a terra, elas ficam mais pobres e correm o risco de perder suas histórias e costumes.

No Brasil, a terra sempre foi concentrada nas mãos de poucas pessoas. Grandes propriedades ocupam a maior parte do campo, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais têm pouco ou nenhum acesso à terra. Isso causa desigualdade, brigas e dificulta a vida de quem vive no campo. Por isso, é tão importante que existam movimentos e pessoas lutando para que a terra seja distribuída de forma mais justa (Sauer; Perdigão, 2018).

Movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), contribuem muito nessa luta. Eles organizam ocupações, conversam com o governo e defendem leis que garantam não só a terra, mas também escolas, saúde e uma vida melhor para as famílias do campo. Além disso, esses movimentos ajudam a ensinar técnicas de cultivo, produção de alimentos e cuidados com a natureza.

De acordo com Art. 225 da Constituição Federal de 1988, afirma que quem possui terra deve usá-la de forma produtiva e respeitando o meio ambiente e as pessoas. Isso não quer dizer apenas ganhar dinheiro, mas cuidar da terra e das pessoas que vivem nela. Assim dispõe a CF em seu Art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que

comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção [...].
(Brasil, 1988, p. 131)

A lei também garante a proteção de territórios indígenas e quilombolas, permitindo que eles mantenham suas tradições e culturas. A constituição Federal de 1988, em seu Art. 215, dispõe que:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- -brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais [...]. (Brasil, 1988, p.126)

Ter terra não é só ter um lugar para morar ou plantar. A luta pela terra ajuda a manter a cultura, proteger a natureza, fortalecer as comunidades e permitir que todos tenham oportunidades iguais. Quando as pessoas do campo têm terra para produzir e viver bem, elas podem ajudar a economia, garantir comida para todos e construir um país mais justo.

Considerações Finais

Embora tenham ocorrido alguns avanços nas políticas públicas, as escolas do campo ainda enfrentam grandes dificuldades, como a escassez de recursos. Pesquisar sobre políticas públicas para a educação do/no campo, pode oportunizar para o curso de Pedagogia e aos futuros(as) pedagogos(as) estratégias/recursos e conhecimentos para atuar de uma maneira mais efetiva e significativa, desenvolvendo práticas pedagógicas adequadas e contribuindo para a formulação de políticas que atendam às necessidades específicas do ensino no meio rural.

O estudo também poderá contribuir com a produção de conhecimentos que possam chegar até a comunidade pesquisada, com uma linguagem acessível e de fácil compreensão. Pesquisar sobre os desafios da educação rural em Juara - MT e a identificação de lacunas e possibilidades de melhoria nas políticas públicas e práticas educacionais proporcionará oportunidades de gerar e coletar dados para pesquisas, debates acadêmicos em sala de aula e

fora dela, bem como para o desenvolvimento de projetos de extensão que podem impactar diretamente a realidade dessas comunidades.

Já para a educação em geral os resultados da pesquisa contribuirão para a promoção da equidade e da qualidade educacional para todos, reconhecendo e abordando as especificidades das populações que residem no meio rural, que muitas vezes são marginalizadas no planejamento educacional.

Diante disso, torna-se fundamental dar visibilidade a essas instituições, que frequentemente são esquecidas pelos órgãos públicos. Ao trazer este tema para o debate acadêmico, busca-se contribuir para a construção de uma educação mais justa, que considere as especificidades do campo e promova a equidade no acesso à educação de qualidade para todos.

Por fim, espera-se que os resultados finais desta monografia ofereçam subsídios para o fortalecimento de políticas públicas municipais e para a formação de futuros pedagogos, promovendo a equidade educacional entre o campo e a cidade e valorizando a escola como um espaço de desenvolvimento coletivo.

Referências

BRASIL. **Manual da Escola da Terra**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/manual_escola_terra.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 27 fev. 26.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, nº 9394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidade e Estados**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/juara.html>. Acesso em: 27 fev. 2026.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: política de formação emancipatória de educadores(as) - camponeses(as) por meio da Pedagogia da

Alternância. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, v. 27, n. 2, e9829, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.9829> . Acesso em: 12 nov. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação. Abordagens qualitativas**. 2º ed. – Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAUER, Sérgio; PERDIGÃO, Luis Felipe. **Lutas pela terra no Brasil**: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. Universidade de Brasília (UnB), 2017. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/7031/23582>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

XVI
FRPED